

Vereadores defendem abrir diálogo com Executivo para discutir a crise institucional

José Roberto Segalla e Estela Almagro defenderam interlocução urgente

ANDRÉ FLEURY MORAES

Apressão por uma reunião formal entre Poderes para resolver a escalada da tensão política e da crise institucional dentro da qual Bauru mergulhou ganhou força nesta segunda-feira (22), com dois vereadores de oposição defendendo a medida – José Roberto Segalla (União Brasil) e Estela Almagro (PT).

“Esta Casa precisa trabalhar, produzir. Fomos eleitos para isso. Fomos eleitos para ser a voz do povo e esta voz está calada”, disse Segalla, um dos primeiros a discursar na sessão desta segunda.

O parlamentar lembrou da reunião da Comissão de Justiça da Casa na última sexta-feira (19) na qual a Mesa Diretora se dispôs a abrir interlocução com o Palácio das Cerejeiras, sede da Prefeitura de Bauru, a fim de amenizar a tensão.

A reunião ocorreu, mas sem muitos avanços. O JC apurou que a prefeita afirmou à Mesa que recorrerá ao Poder Judiciário sempre que a Câmara aprovar projetos potencialmente inconstitucionais, a exemplo do que ocorreu neste final de semana (leia mais na página 3).

Segalla disse que sugeriu

REUNIÃO FORMAL

É a sugestão de Estela Almagro para abrir uma discussão consequente

que a Mesa fizesse essa interlocução porque seus integrantes – Júnior Rodrigues (PSD), Markinho Souza (MDB) e Mil-tinho Sardin (PSD) – pertencem à base governista, o que facilitaria o diálogo entre os Poderes.

Estela Almagro, por sua vez, avalia que chegou a hora de uma reunião formal entre os 17 vereadores e o Poder Executivo. A petista criticou a prefeita e afirmou que “não entende, ou se entende menos-preza, as consequências das decisões políticas e institucionais que tem tomado”.

Estela se recusou a comentar o regime de urgência – disse que “não vou entrar nesse joguete de dizer quem está certo ou errado” – e vê na Mesa Diretora uma postura acomodada. “A Mesa que eu ajudei a eleger”, lamentou.

A vereadora indagou aos colegas sobre “quem estará à altura para cessar essa crise?” e reiterou, como já disse na semana passada, que a cidade vive hoje uma ruptura institucional.

“É inadmissível ver o acúmulo de projetos que temos nos bastidores da Casa, alguns até estruturantes, e termos a pauta travada ao mesmo tempo”,



Vereadores durante sessão desta segunda-feira (22)

Prefeita admite abrir diálogo, mas rejeita retirar urgência

Em conversa com o JC na noite de ontem (22), a prefeita Suéllen Rosim (PSD) negou quaisquer hipóteses de retirar o regime de urgência sobre o projeto de lei (PL) que autoriza seu governo a conceder o sistema de esgoto à iniciativa privada. Abriu, porém, a possibilidade de dialogar com os vereadores – “não falo em ‘negociação’, mas em abrir diálogo”, ressaltou. A mandatária voltou a dizer que não pode mais retirar a urgência por causa da decisão do TJ – informação que, no entanto, não consta da decisão do tribunal – e justificou a manutenção do regime sob o argumento de que tem compromissos firmados com órgãos de controle externo, a exemplo do Tribunal de Contas e dos Ministérios Públicos Estadual e Federal (MP-SP e MPF, respectivamente). “Quando essa questão do esgoto deixou de ser urgente para Bauru?”, indagou.

disse. “Passou do momento de se pedir uma reunião formal do Poder Legislativo com o Poder Executivo. Essa situação está levando a cidade a um caos sem precedentes”, defendeu.

A declaração dos vereadores vêm na esteira de um movimento liderado por entidades

pedindo uma solução à crise político-institucional que o município vive hoje. Defendaram resolução ao impasse, por exemplo, os presidentes da Assenag, da OAB e do Sincomércio – Luiz Carlos Izzo, Márcia Negrisoli e Wallace Sampaio, respectivamente.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Política Pagina: 4